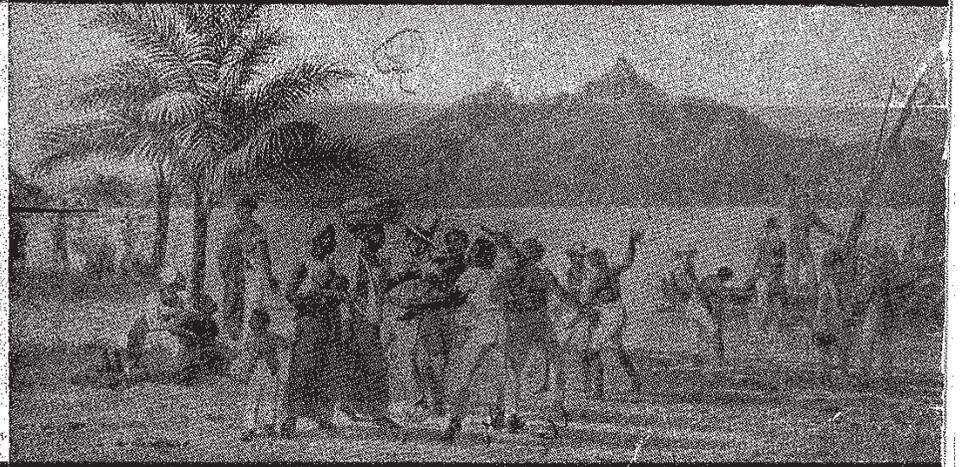


CAIO PRADO JÚNIOR

# FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

COLÔNIA



BRASILENSE

CAIO PRADO JÚNIOR

# FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

COLÔNIA

6.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Sistema Alexandria  
A.L. : 1490862  
Tombo : 1760128



EDITORA BRASILIENSE

CCSP  
Divisão de Bibliotecas

CIRCULA

## DO AUTOR:

EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL  
2.<sup>a</sup> edição — 1947 — esgotada

U.R.S.S., UM NOVO MUNDO  
2.<sup>a</sup> edição — 1935 — esgotada

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEM-  
PORÂNEO (COLÔNIA)  
6.<sup>a</sup> edição — 1961

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL  
6.<sup>a</sup> edição — 1961

EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL  
E OUTROS ESTUDOS  
3.<sup>a</sup> edição — 1961

DIALÉTICA DO CONHECIMENTO  
dois tomos — 3.<sup>a</sup> edição — 1960

ESBOÇO DOS FUNDAMENTOS  
DA TEORIA ECONÔMICA  
3.<sup>a</sup> edição — 1961

NOTAS INTRODUTÓRIAS A LÓGICA  
DIALÉTICA — 2.<sup>a</sup> edição — 1961

1885

CAIO PRADO JÚNIOR

# FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

COLÔNIA

6.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Sistema Alexandria  
A.L. : 1490862  
Tombo : 1760128



EDITORA BRASILIENSE

CCSP  
Divisão de Bibliotecas

CIRCULA

## DO AUTOR:

EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL  
2.<sup>a</sup> edição — 1947 — esgotada

U.R.S.S., UM NOVO MUNDO  
2.<sup>a</sup> edição — 1935 — esgotada

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEM-  
PORÂNEO (COLÔNIA)  
6.<sup>a</sup> edição — 1961

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL  
6.<sup>a</sup> edição — 1961

EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL  
E OUTROS ESTUDOS  
3.<sup>a</sup> edição — 1961

DIALÉTICA DO CONHECIMENTO  
dois tomos — 3.<sup>a</sup> edição — 1960

ESBOÇO DOS FUNDAMENTOS  
DA TEORIA ECONÔMICA  
3.<sup>a</sup> edição — 1961

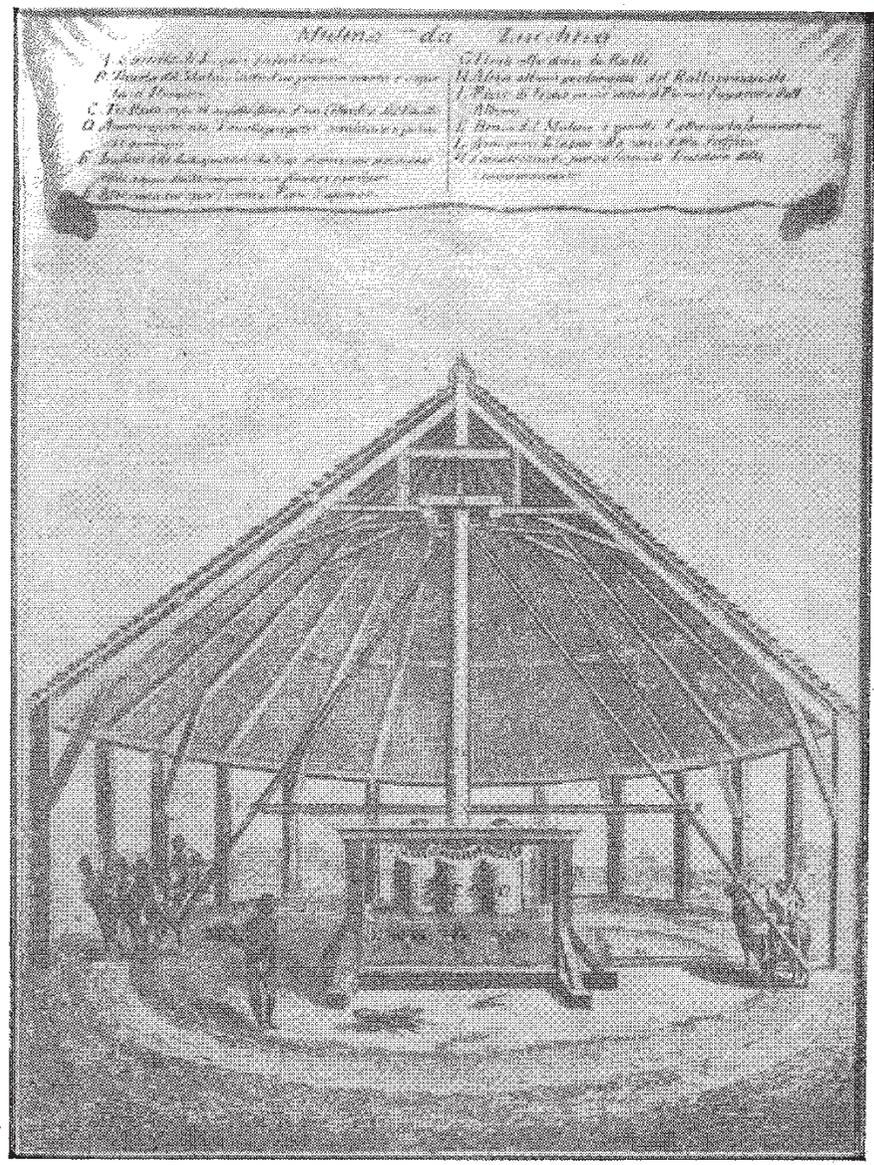
NOTAS INTRODUTÓRIAS A LÓGICA  
DIALÉTICA — 2.<sup>a</sup> edição — 1961

1885

358402/6028

227  
 (Small text)  
 22. 5. 63.

981.03  
 P896f1  
 6.ed.  
 3



Engenho de açúcar.

OFEREÇO ESTE LIVRO A  
NENA,  
*minha mulher*  
e  
*companheira de trabalho.*

O INÍCIO do séc. XIX não se assinala para nós unicamente por estes acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da Monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova. Debaixo daqueles acontecimentos que se passam na superfície, elaboram-se processos complexos de que eles não foram senão o fermento propulsor, e, na maior parte dos casos, apenas a expressão externa. Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo. O seu interesse decorre sobretudo de duas circunstâncias: de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Doutro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje. Nêle se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade — instituições fundamentais e energias — organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base.

Tínhamos naquele momento chegado a um ponto morto. O regime colonial realizara o que tinha para realizar. Sente-se que a obra da metrópole estava acabada e nada mais nos poderia trazer. Não apenas por efeito da decadência do Reino, por maior que ela fôsse: isto não representa senão um fator complementar e acessório que quando muito reforçou uma tendência já fatal e necessária apesar dela. Não é somente o regime de subordinação colonial em que nos achávamos que está em jôgo; mas sim o conjunto as instituições, o sistema colonial na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas. A obra colonizadora dos portugueses, na

base em que assentava e que em conjunto forma aquêl sistema, esgotara suas possibilidades. Perecer ou modificar-se, tal era o dilema que se apresentava ao Brasil. Nem lhe bastava separar-se da mãe-pátria, o que seria quando muito passo preliminar, embora necessário. O processo de transformação devia ser mais profundo. E de fato o foi. O Brasil começa a se renovar, e o momento que constitui o nosso ponto de partida neste trabalho que o leitor terá talvez a paciência de acompanhar, é também o daquela renovação. Mas ponto de partida apenas, início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado. Com vaivéns, avanços e recuos, êle se desenrola através de um século e meio de vicissitudes. O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a êste e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nêle uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas, algo de novo. Êste "algo de novo" não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa "atitude" mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de tôda nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador.

Entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizou, aquêl "organismo social completo e distinto" constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. Ê então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas êste novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. Ê por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade.

Analise-se os elementos da vida brasileira contemporânea; "elementos" no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquêl passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não "tomou forma". Ê verdade que em alguns setores aquêla transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquêl passado colonial.

✓ Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dêle, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu. O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno sólidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.

No terreno social a mesma coisa. Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial. Entre outros casos, estas diferenças profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente díspares; disparidade que não é apenas no nível material de vida, já inteiramente desproporcionado, mas sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado. Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do séc. XIX são freqüentemente de flagrante atualidade. Neste, como aliás em outros setores de igual relêvo. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um

pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas.

Mas não é somente isto. Coloquemo-nos num terreno prático. Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. É a solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente. Um dos aspectos mais chocantes do Brasil, e que alarma qualquer observador de nossas coisas, é esta atonia econômica, e portanto "vital", em que mergulha a maior parte do território do país. Pois bem, há século e meio, nas mesmas regiões ainda agora atacadas do mal, já se observava e discutia o fato. Autoridades representavam sobre ele à metrópole, particulares se interessavam pelo assunto e a ele se referiam em memórias e outros escritos que chegaram até nós, e cuja precisão e clareza não foram ainda, na maior parte das vezes, ultrapassadas por observadores mais recentes. Há outros exemplos: os processos rudimentares empregados na agricultura do país, infelizmente problema ainda da mais flagrante atualidade, já despertavam a atenção em pleno séc. XVIII; e enxergava-se neles como se deve enxergar hoje, a fonte de boa parte dos males que afligiam a colônia e que ainda agora afligem o Brasil nação de 1942. Refere-se a eles, entre outras, uma memória anônima de 1770 e tantos (**Roteiro do Maranhão a Goiás**): em algumas de suas passagens, parece que estamos lendo o relatório de um inspetor agrícola recém-chegado do interior. St. Hilaire, quarenta anos depois, fará observações análogas, acrescentadas de seus conhecimentos de naturalista que era. Inaugura-se o Império, e o Brig. Cunha Matos abre o capítulo sobre a agricultura de Goiás na sua **Corografia histórica** que é de 1824, com a seguinte frase: "A agricultura, se é que tal nome se pode dar aos trabalhos rurais da província de Goiás..." Coisa que repetida hoje acerca de quase toda atividade agrícola do Brasil, estaria longe de muito exagerada. As comunicações interiores do país constituem outro problema ainda em nossos dias nos primeiros ensaios de solução e que já nos fins do séc. XVIII se encontrava em equação quase nos mesmos termos de hoje, apesar de todo o progresso técnico realizado de lá para cá (1).

(1) Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei *de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado.

Estes são apenas exemplos colhidos mais ou menos ao acaso. Por toda parte se observará coisa semelhante. E foram estas, bem como outras considerações da mesma natureza, que me levaram, para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa, àquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados. Pelo que ficou dito, também se justificará o plano que adotei aqui. Faço em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual; teremos então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois. Se esta primeira parte, que ora enceto, parecer muito longa para uma simples introdução, isto será porque a outra depende dela, e encontrará aí seus principais elementos de interpretação.

**SENTIDO DA COLONIZAÇÃO**

## SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

**T**odo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquêlê conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vêzes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que êle se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. E isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual fôr o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual fôr a designação apropriada no caso. E sômente aí que êle encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte.

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a êle, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. Portugal nos traz disto um exemplo frisante que para nós é quase doméstico. Até fins do séc. XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação européia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do séc. XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do

continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial.

Visto d'este ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o *sentido* daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. É isto que precisamos começar por fazer com relação ao Brasil. Não nos interessa aqui, é certo, o conjunto da história brasileira, pois partimos de um momento preciso, já muito adiantado dela, e que é o final do período de colônia. Mas este momento, embora o possamos circunscrever com relativa precisão, não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado. Não sofremos nenhuma discontinuidade no correr da história de colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque, já me expliquei na Introdução, aquêlo momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu *sentido*.

Isto nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente o nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo e precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, d'estes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do séc. XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; para, finalmente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.

Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão d'este todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções

que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais, se perdem de vista. Ela parece como um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento. E os rumos que tomou também se afiguram como resultados exclusivos daquele fato. Esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências, e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir. A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impellido por elas, dará à sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelévelmente na formação e evolução do país.

A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas. No séc. XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aquêles dois pólos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que, subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aquêles que formam a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normândia, a Bretanha e a Península Ibérica.

Este novo equilíbrio firma-se desde o princípio do séc. XV. Dêle derivará não só todo um novo sistema de relações internas do continente, como nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão européia ultramarina. O primeiro passo estava dado e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar

o Oceano. O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo desta península que avança pelo mar. Enquanto holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo Oceano descobrirão as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. Tudo isto se passa ainda na primeira metade do séc. XV. Lá por meados dêle, começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir para seu proveito uma rota que os poria em contacto directo com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo. Não é preciso repetir aqui o que foi o périplo africano, realizado afinal depois de tenazes e sistemáticos esforços de meio século.

Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolherão outra rota, pelo ocidente ao invés do oriente. Descobrirão a América, seguidos aliás de perto pelos portugueses que também toparão com o novo continente. Virão, depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geograficamente, com relação às novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário ao par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos "descobrimentos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro carácter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa

aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu a priori. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México; Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada. Procura-se então mais para o sul: as viagens de Sólis, de que resultará o descobrimento do Rio da Prata, não tiveram outro objetivo. Magalhães será seu continuador e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituiu afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e se desprezará. Enquanto isto se passava no sul, as pesquisas se ativam para o norte; a iniciativa cabe aí aos ingleses, embora tomassem para isto o serviço de estrangeiros, pois não contavam ainda com pilotos nacionais bastante práticos para empresas de tamanho vulto. As primeiras pesquisas serão empreendidas pelos italianos João Cabôto e seu filho Sebastião. Os portugueses também figurarão nestas explorações do Extremo-Norte americano com os irmãos Côrte Real, que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzano de iguais objetivos. Outros mais se sucedem, e embora tudo servisse para explorar e tornar conhecido o novo mundo, firmando a sua posse pelos vários países da Europa, não se encontrava a almejada passagem que hoje sabemos não existir (1). Ainda em princípios do séc. XVII, a *Virginia Company of London* incluía entre seus principais objetivos o descobrimento da brecha para o Pacífico que se esperava encontrar no continente.

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a Amé-

(1) Também se tentou, a partir de meados do séc. XVI, a passagem para o Oriente pelas regiões árticas da Europa e Ásia. A iniciativa cabe ao mesmo Sebastião Cabôto, que já encontramos na América, e mais uma vez a serviço dos ingleses (1553).

rica; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.

Nestas condições, "colonização" ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante; como portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem o seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí.

Aqui ainda, Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos, neste terreno, são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do séc. XV, os portugueses sempre aparecem como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus menores detalhes. Espanhóis, depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em suas águas; mas navegaram tão bem, que acabaram suplantando os iniciadores e arrebatando-lhe a maior parte, se não praticamente todas as realizações e empresas ultramarinas.

Os problemas do novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que produtos espontâneos, extrativos. É ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras, de construção ou tinturiais (como o pau-brasil entre nós,) na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca no Extremo-Norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova, onde desde os primeiros anos do séc. XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vasconhos. Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo, nas áreas que lhes couberam, com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e ocupação das colônias espanholas citadas; mais tarde, já no séc. XVIII, intensificarão a colonização portuguesa na América do Sul e a levarão para o centro do continente. Mas é só. Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura.

Não é meu intuito entrar aqui nos pormenores e vicissitudes da colonização européia na América. Mas podemos, e isto muito interessa nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e subtropical, do outro. A primeira, que compreende grossieramente o território americano ao norte da baía de Delaware (a outra extremidade temperada do continente, hoje países platinos e Chile, esperará muito tempo para tomar forma e significar alguma coisa), não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá ainda por muito tempo adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca. Na Nova Inglaterra, nos pri-

meiros anos da colonização, viam-se até com maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de peles e pesca as atividades dos poucos colonos presentes (2). Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do séc. XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções. Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios, schwenkfelders, inspiracionistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa. É certo que se espalhará por tôdas as colônias; até no Brasil, tão afastado e por isso tanto mais ignorado, procurarão refugiar-se huguenotes franceses (França Antártica, no Rio de Janeiro.) Mas se concentrará quase inteiramente nas da zona temperada, de condições naturais mais afins às da Europa, e por isso preferida para quem não buscava "fazer a América", mas unicamente abrigar-se dos vendavais políticos que varriam a Europa, e reconstruir um lar desfeito ou ameaçado.

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do séc. XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformam em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um largo centro de afluência. Também estes elementos escolherão de preferência, e por motivos similares, as colônias temperadas. Os que se dirigirão mais para o sul, para colônias incluídas na zona subtropical da América do Norte, porque nem sempre lhes foi dado escolher seu destino com conhecimento de causa, o farão apenas, no mais das vezes, provisoriamente: o maior número dêles refluirá mais tarde, e na medida do possível, para as colônias temperadas.

São assim circunstâncias especiais, que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona tem-

(2) Marcus Lee Hansen, *The Atlantic Migration 1607-1680*, 13.

perada da América. Circunstâncias aliás que surgem posteriormente ao descobrimento do Novo Continente, e que não se filiam à ordem geral e primitiva de acontecimentos que impelem os povos da Europa para o ultramar. Daí derivará um novo tipo de colonização — será o único em que os portugueses não serão os pioneiros — que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada. O que resultará dêste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dêle.

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Muito se tem exagerado a inadaptabilidade do branco aos trópicos, meia verdade apenas que os fatos têm demonstrado e redemonstrado falha em um sem-número de casos. O que há nela de acertado é uma falta de predisposição, em raças formadas em climas mais frios e por isso afeiçoadas a eles, em suportarem os trópicos e se comportarem similarmente nêles. Mas falta de predisposição apenas, e que não é absoluta, corrigindo-se, pelo menos em gerações subsequentes, por um novo processo de adaptação. Contudo, se aquela afirmação posta em termos absolutos, é falsa, não deixa de ser verdadeira no caso vertente, isto é, nas circunstâncias em que os primeiros povoadores vieram encontrar a América. São trópicos brutos e indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas entregues ainda ao livre jôgo da natureza, é comum também à zona temperada. Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in American History*), um recente escritor norte-ame-

ricano analisa este fato com grande atenção, e mostra que a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico yankee, que dotado de aptidão e técnica particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa (3). Se assim foi numa zona que afora o fato de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí, o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas. De fato assim aconteceu, embora em circunstâncias especiais que por isso também particularizarão o tipo de colono branco dos trópicos. A diversidade de condições naturais, em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, se revelaria por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta. E gêneros de particular atrativo. Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas ele chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimenta, importada do Oriente, constituiu durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das Índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria, depois de conhecido, menor importância. E não será este também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu tra-

(3) Marcus Lee Hansen, *The Immigrant in American History* — veja-se o capítulo *Immigration and Expansion*.

balho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação: É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras — fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) —, que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. Voltarei em outro capítulo, com mais vagar, sobre as causas que determinaram este tipo de organização da produção tropical. A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão-de-obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, àquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, que não podiam pagar, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhe fôra imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria — o que é a exceção naturalmente —, emigravam logo que possível para as colônias temperadas, onde ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de pro-

gresso. Situação de instabilidade do trabalho nas plantações do sul que durará até a adoção definitiva e geral do escravo africano. O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros (4). Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana.

Além disto, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontraram nas suas colônias, indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase que de início — possivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século (5).

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*), esquadrou para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo

(4) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Introdução, vol. III, pág. XI.

(5) Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Sousa em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619.

mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aquêles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e êle explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples "contacto fortuito" dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização européia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceânia; nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de constituir nos trópicos uma "sociedade com características nacionais e qualidades de permanência" (6), e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros.

Mas um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e

(6) Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, 16.

em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôsem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O "sentido" da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquêle caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial dêste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.

## POVOAMENTO

## POVOAMENTO

As estatísticas demográficas que possuímos da colônia são extremamente escassas. Não havia coleta regular e sistemática de dados, e faziam-se levantamentos apenas para dois fins específicos e restritos: um eclesiástico, outro militar. Os párocos organizavam listas paroquiais que se destinavam a recensear os fiéis sujeitos à desobriga pascal, e que serviam também para a divisão e formação das paróquias. A outra fonte de dados que possuímos é dos coletados para fins do recrutamento militar. Ambos processos têm, para nosso objetivo, um grave defeito; a sua finalidade é restrita, e interessam-se por isso apenas por determinadas categorias da população. O primeiro, só às pessoas sujeitas ao preceito pascal, isto é, aos maiores de sete anos. O outro, aos homens capazes de pegar em armas. Nos dois casos também, a sonegação tem fortes estímulos, e por isso os levantamentos são eivados de grandes falhas. Quanto às listas paroquiais, a relutância dos fiéis diante de uma obrigação onerosa — pagava-se então a “desobriga” —, bem como o interesse dos párocos, temerosos do desmembramento de suas paróquias e procurando por isso dissimular às autoridades superiores o número exato de fiéis. No caso das listas para o recrutamento, a relutância em se apresentar é óbvia.

Acresce a tudo isto o geral desleixo e relaxamento da administração pública, tanto civil quanto eclesiástica. Parece que só muito tarde, já pelos últimos anos do séc. XVIII, a metrópole cogitou da organização de estatísticas gerais e sistemáticas. Tiveram tal objetivo, segundo as aparências, as instruções dadas em 1797 ao governador da Paraíba, Fernando Delgado de Castilho, cujo texto possuímos, e que teriam sido o padrão de uma circular sobre o assunto, enviada na mesma ocasião a todos os governadores da colônia (1). Solicita aí o govêrno central dados estatísticos de natureza vária e que deveriam ser coligidos anualmente: movimento demográfico (nascimentos, casamentos, óbitos), ocupações, comércio, preços. Tal recenseamento completo se realizou pelo menos uma vez; não conhecemos seus resultados, que possivelmente dor-

(1) *Documentos Officiais, Vários assuntos, 456.*

mem ainda o sono dos arquivos em Portugal, mas temos notícias dêle através do Cons. Veloso de Oliveira, que na sua memória sobre a Igreja do Brasil, que é de 1819, se refere a um recenseamento de 1797/8 que é, com toda a probabilidade, conseqüência daquelas instruções acima referidas. Pela mesma citação de Veloso de Oliveira, infere-se que o cálculo da população brasileira ultrapassou então "de muito", 3.000.000. Na data em que êle escreve, orçava-a em cerca de 4.400.000, incluindo os índios não domesticados que se avaliavam, sem grande base, em 800.000.

São êstes, em suma, os dados mais seguros que possuímos sobre o conjunto da colônia em princípios do século passado. Excluamos os índios bárbaros — que por enquanto não nos interessam, porque êles ainda não fazem parte da "colonização", e só representam alguma coisa neste sentido, como reserva futura que vai sendo por ela absorvida em contingentes sucessivos, e contribuindo assim para o crescimento da população efetiva da colônia —, façamos esta exclusão e podemos avaliar em cerca de 3.000.000 de habitantes a população brasileira no dobrar do século XVIII.

A sua distribuição pelo território da colônia é, como logo se vê, grandemente irregular. Núcleos apenas, alguns bastante densos, mas separados uns dos outros por largos vácuos de povoamento ralo, se não inexistente. O seu aspecto geral, guardadas naturalmente as devidas proporções quantitativas, é mais ou menos o mesmo de hoje. Há uma flagrante semelhança entre a distribuição do povoamento naquele princípio do séc. XIX e a de nossos dias. Salvo o adensamento posterior, a estrutura geral do povoamento continua mais ou menos a mesma; exceptua-se apenas a remodelação que sofreu o Sul e o Centro-Sul do país, bem como esta região dos altos afluentes do Amazonas, que hoje forma o Território do Acre, e que não fazia ainda parte do Brasil, nem se achava ocupada. Afóra isto, pouca é a diferença. Já então a população brasileira se espalhava por todo território que hoje constitui o país. Isto aliás meio século antes, em 1750, já era o caso, e quando se redigiu o tratado luso-castelhano daquele ano (tratado de Madri) (2), em que se delinearam efetivamente pela primeira vez, as linhas divisórias entre possessões portuguesas e espanholas neste hemisfério, linhas que seriam grosseiramente as mesmas de hoje, o critério que deu naquelas fronteiras tão atuais não foi senão o da ocupação. "Cada

(2) Sobre êste tratado, vejam-se os vols. 52 e 53 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, onde se encontram os documentos que lhe dizem respeito, precedidos de uma introdução de Rodolfo Garcia.

parte há de ficar com que atualmente possui", reza o preâmbulo do acôrdo fixando a forma com que se faria a demarcação. Assim se procedeu, e a linha que envolve o território brasileiro, saída dêste princípio do *uti possidetis*, como se dirá, permaneceu praticamente a mesma até nossos dias.

Isto já nos mostra, a priori, que de fato a colonização portuguesa ocupara toda esta área imensa que constituiria o nosso país. Não nos pertenceria, aliás, se assim não fôsse. Porque só o fato da ocupação militava em nosso favor. O direito derivava ainda do famoso tratado das *Tordesilhas*, velho de dois séculos e meio por ocasião do de *Madri*, e que outorgara ao soberano português e seus sucessores uma nesga apenas daquilo que ocupamos e possuímos hoje. Obra considerável, não há dúvida, daquele punhado de povoadores capazes de ocupar e defender efetivamente, como o fizeram muitas vezes antes e depois de 1750, e contra pretensões agueridas e exigentes de forte rivais, um território de oito e meio milhões de quilômetros quadrados. Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil; mas ao mesmo tempo, ônus tremendo que pesará sobre a colônia e depois sobre a nação, provocando como provocou esta disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola os indivíduos, cinda o povoamento em núcleos esparsos de contacto e comunicações difíceis, muitas vezes até impossíveis.

Vários fatores determinaram esta dispersão do povoamento. O primeiro é a extensão da costa que coube a Portugal na partilha de *Tordesilhas*, o que obrigou, para uma ocupação e defesa eficientes, encetar a colonização simultaneamente em vários pontos dela. Foi tal o objetivo da divisão do território em capitânicas, o que de fato, apesar do fracasso do sistema, permitiu garantir à Coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral.

Concorreram em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo preador de índios e prospectador de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do Continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso.) No Extremo-Norte, na bacia amazônica, intervém outro fator, de caráter local: são as missões católicas catequizadoras do gentio, sobretudo os padres da *Companhia de Jesus*; seguidas de perto pela colonização leiga, provocada e animada pela política da metrópole, tão ativa neste setor, e sustentada pela exploração dos produtos naturais da floresta amazônica: o cacau, a salsaparrilha e outros.

Um outro fator, também local, atua no sertão do Nordeste, nesta hinterlândia dos maiores centros agrícolas do litoral da colônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos que avançam por aquêles sertão e o vão ocupando.

Todos êstes fatores são condicionados, em grande parte, por outro negativo, que é a inércia castelhana. Fixaram-se os espanhóis, sobretudo, nos altiplanos andinos, onde a presença dos metais preciosos, mola mestra da sua colonização, bem como de populações indígenas densas, sedentárias e aptas para o fornecimento de mão-de-obra abundante e fácil — circunstâncias estas que não ocorreram no litoral do Atlântico, ocupado pelos portugueses — escusaram aventuras exploradoras e internação pelo coração do continente. Os obstáculos físicos também não são de desprezar: o interior do continente sul-americano abre-se para o Atlântico; não para o Pacífico, de que o separam o grande acidente dos Andes e a densa floresta intransponível que reveste as fraldas orientais da cordilheira (3). A colonização portuguesa não encontrou por isso pela frente, de castelhano, senão os inermes jesuítas e suas reduções indígenas. Os padres, que procuravam outra coisa que riquezas minerais, tinham-se adiantado a seus compatriotas espanhóis; deixando aos colonos as minas do planalto andino e sua densa população indígena, a matéria-prima e o trabalho que aquêles queriam, foram-se estabelecer lá onde não chegava a cobiça do conquistador e onde esperavam não ser perturbados na sua conquista espiritual, prelúdio do domínio temporal que aspiravam; e vão-se fixar na vertente oriental e baixada subjacente dos Andes. Daí esta linha ininterrupta de missões jesuíticas espanholas, estabelecidas no correr dos sécs. XVI e XVII, e que se traça de Sul a Norte, do Prata ao Amazonas, pelo interior do continente: missões do Uruguai, do Paraguai; a efêmera Guaiá; dos Chiquitos e dos Moxos, na Bolívia; missões do Pe. Samuel Fritz no Alto-Amazonas.

Não contavam os jesuítas com êste outro adversário que lhes viria pelo oriente: os portugueses. E fracamente apoiados pelo seu Rei, abandonados às suas próprias forças no mais das vezes, achando mesmo no soberano de sua pátria terrena um adversário que faz causa comum com seus inimigos — como se deu na execução do tratado de 1750, em que as forças castelhanas se unem às portuguesas para arrancar-lhes os Sete Povos do Uruguai —, os missionários são repelidos e fracassa o seu plano grandioso. Não seria dêles o interior do continente sul-americano, como quiseram num belo sonho que durou dois séculos; mas não seria também, na

(3) Paradoxalmente, é vindo de ocidente para oriente que se realizaria a primeira incursão pelo Amazonas: é a expedição de Orellana de 1541.

sua maior parte, de seus legítimos senhores, os espanhóis. Caberia aos conquistadores e ocupantes efetivos dêle, os portugueses e seus sucessores brasileiros, tão avantajados pela geografia.

Fixou-se assim e como vimos desde meados do séc. XVIII, o território que constituiria o Brasil. Analisemos pois a estrutura que dentro daqueles limites, em princípios do século passado, terá o povoamento nêle instalado pela colonização portuguesa, no momento em que as disputas territoriais já se tinham transferido definitiva e exclusivamente para as zonas fronteiriças. Cerca de 60% da população colonial, ou sejam quase 2.000.000 de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. Sobra para todo o resto do território, noventa ou mais por cento da área, menos da metade do total. Êste desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola — donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos. Localizado aí de início, o povoamento só começa a penetrar o interior propriamente, no segundo século. O nosso cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em "andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos." (4) Mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, está visto, que andaram por tôda parte, mas que exploram apenas e não fixam povoadores. De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de S. Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do séc. XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento. Afluem então para o coração do Continente levas sôbre levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros, os escravos trazidos da África. Muitos porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente desta sangria de gente e cabedais. Ê êste um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data. Terras abandonadas, engenhos em ruína; a vida cessara aí quase, para renascer, vigorosa e pujante, no eldorado das minas.

(4) *História do Brasil*, 19.

Um outro fator, também local, atua no sertão do Nordeste, nesta hinterlândia dos maiores centros agrícolas do litoral da colônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos que avançam por aquêles sertão e o vão ocupando.

Todos estes fatores são condicionados, em grande parte, por outro negativo, que é a inércia castelhana. Fixaram-se os espanhóis, sobretudo, nos altiplanos andinos, onde a presença dos metais preciosos, mola mestra da sua colonização, bem como de populações indígenas densas, sedentárias e aptas para o fornecimento de mão-de-obra abundante e fácil — circunstâncias estas que não ocorreram no litoral do Atlântico, ocupado pelos portugueses — escusaram aventuras exploradoras e internação pelo coração do continente. Os obstáculos físicos também não são de desprezar: o interior do continente sul-americano abre-se para o Atlântico; não para o Pacífico, de que o separam o grande acidente dos Andes e a densa floresta intransponível que reveste as fraldas orientais da cordilheira (3). A colonização portuguesa não encontrou por isso pela frente, de castelhano, senão os inermes jesuítas e suas reduções indígenas. Os padres, que procuravam outra coisa que riquezas minerais, tinham-se adiantado a seus compatriotas espanhóis; deixando aos colonos as minas do planalto andino e sua densa população indígena, a matéria-prima e o trabalho que aquêles queriam, foram-se estabelecer lá onde não chegava a cobiça do conquistador e onde esperavam não ser perturbados na sua conquista espiritual, prelúdio do domínio temporal que aspiravam; e vão-se fixar na vertente oriental e baixada subjacente dos Andes. Daí esta linha ininterrupta de missões jesuíticas espanholas, estabelecidas no correr dos sécs. XVI e XVII, e que se traça de Sul a Norte, do Prata ao Amazonas, pelo interior do continente: missões do Uruguai, do Paraguai; a efêmera Guaíra; dos Chiquitos e dos Moxos, na Bolívia; missões do Pe. Samuel Fritz no Alto-Amazonas.

Não contavam os jesuítas com este outro adversário que lhes viria pelo oriente: os portugueses. E fracamente apoiados pelo seu Rei, abandonados às suas próprias forças no mais das vezes, achando mesmo no soberano de sua pátria terrena um adversário que faz causa comum com seus inimigos — como se deu na execução do tratado de 1750, em que as forças castelhanas se unem às portuguesas para arrancar-lhes os Sete Povos do Uruguai —, os missionários são repelidos e fracassa o seu plano grandioso. Não seria dêles o interior do continente sul-americano, como quiseram num belo sonho que durou dois séculos; mas não seria também, na

(3) Paradoxalmente, é vindo de ocidente para oriente que se realizaria a primeira incursão pelo Amazonas: é a expedição de Orellana de 1541.

sua maior parte, de seus legítimos senhores, os espanhóis. Caberia aos conquistadores e ocupantes efetivos dêle, os portugueses e seus sucessores brasileiros, tão avantajados pela geografia.

Fixou-se assim e como vimos desde meados do séc. XVIII, o território que constituiria o Brasil. Analisemos pois a estrutura que dentro daqueles limites, em princípios do século passado, terá o povoamento nêle instalado pela colonização portuguesa, no momento em que as disputas territoriais já se tinham transferido definitiva e exclusivamente para as zonas fronteiriças. Cerca de 60% da população colonial, ou sejam quase 2.000.000 de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. Sobra para todo o resto do território, noventa ou mais por cento da área, menos da metade do total. Este desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola — donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos. Localizado aí de início, o povoamento só começa a penetrar o interior propriamente, no segundo século. O nosso cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em "andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos." (4.) Mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, está visto, que andaram por toda parte, mas que exploram apenas e não fixam povoadores. De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de S. Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do séc. XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento. Afluem então para o coração do Continente levas sobre levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros, os escravos trazidos da África. Muitos porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente desta sangria de gente e cabedais. É este um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data. Terras abandonadas, engenhos em ruína; a vida cessara aí quase, para renascer, vigorosa e pujante, no eldorado das minas.

(4) *História do Brasil*, 19.

Mas a febre seria de curta duração. Já em meados do século, as minas começam a dar sinais de cansaço; a decadência franca é do terceiro quartel do século. Cessa então a corrente de povoamento para o interior; e até, em muitos casos, ela se inverte. Renasce o litoral e a agricultura recupera a primazia.

Esse escasso meio século de interregno da mineração, apesar da violência com que irrompe no cenário econômico e demográfico da colônia, revolucionando sua estrutura e o caráter da sua evolução, não bastou contudo para fazer pender a balança em proveito definitivo do interior. Como vimos, em fins do século, quando já cessara de longa data o deslocamento para êle, o litoral ainda o ultrapassa sensivelmente em número de habitantes. Na sua expressão econômica, seria a mesma coisa.

Aquela faixa de povoamento costeiro, cuja origem e evolução acabo de sumariar, se distribui com muita irregularidade. Nada tem de contínua, e sobram nela tratos largos inteiramente desertos, alguns em que nem o trânsito por terra é praticado. Os fatores naturais que construíram a costa brasileira intervêm aí claramente. Em conjunto, nosso litoral se apresenta pouco favorável ao estabelecimento do homem; desenvolve-se numa linha regular e uniforme, quase sem sinuosidades ou endentações. Os abrigos, mesmo para pequenas embarcações, são escassos; além disto, a orla marítima é bordada, em regra, quando não por terrenos alagadiços — os mangueirais, invadidos pela água salgada na preamar e pelo despejo dos rios na vazante, — por grandes depósitos arenosos que obstruem as brechas abertas para o interior das terras: a barra dos rios ou as lagunas. Os raros pontos favoráveis foram por isso avidamente aproveitados, e nêles se condensou a população. O mais interessante dêstes pontos, pela extensão que abrange e curioso fenômeno natural que o avantajia, é tôda aquela extremidade Nordeste do país que se alonga do cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) até a altura de Maceió (5). Acompanhando a costa, paralela e muito próxima, alinha-se uma cadeia de recifes, que na preamar se nivelam com as águas, e na maré baixa se levantam como muralhas cuja espessura vai de uns poucos metros até mais de cem. Atrás dêste quebramar, dom gracioso da natureza, abate-se a fúria das ondas e se atenua o arrasto de areias, que para o norte e sul dêle é o grande responsável pela falta de abrigos utilizáveis. A navegação costeira encontra aí um mar sereno, enseadas calmas e ancoradouros seguros. O grande número de rios, embora peque-

(5) Para a descrição da costa brasileira, veja-se Alfredo Lisboa, *Vias de Comunicação — Portos do Brasil no Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*.

nos, que abrem suas águas neste setor da costa, conservam as barras desimpedidas e garantem um fácil acesso do interior.

A estas circunstâncias favoráveis, quis a natureza crescer um território litorâneo avantajado — solo fértil, relêvo propício, abundância de matas fornecedoras de combustível e bom material de construção. Apresenta-se por isso êste setor como um dos pontos ideais, no difícil litoral brasileiro, para a vida humana. Tornou-se também por isso um dos de mais elevada concentração demográfica. Coisa que se perpetuará, e que ainda hoje é o caso. Seguramente um quinto da população da marinha colonial, neste começo do séc. XIX que nos ocupa, estava aí fixada. Sejam cêrca de 300.000 habitantes.

Segue-se para o sul o Recôncavo Baiano: Uma larga baía, um verdadeiro mediterrâneo de águas encravadas na terra e com mais de mil quilômetros quadrados de superfície. Vários rios abrem nela seus estuários largos e profundos, navegáveis por dezenas de quilômetros e articulando uma zona extensa de terras férteis. Não era preciso mais para se tornar êste ponto, desde o início da colonização, o mais densamente povoado e o mais rico da colônia. Vilhena, professor régio e observador contemporâneo meticoloso e inteligente da cidade e comarca que habitava, atribui ao Recôncavo mais de 100.000 habitantes. Duzentos e sessenta engenhos de açúcar nêle trabalhavam (6).

A êstes dois núcleos demográficos de primeira ordem do litoral brasileiro, acrescenta-se mais um de igual categoria: O Rio de Janeiro. Da foz do rio Itabapoana para o sul, estende-se uma baixada espremida entre a serra e o mar, baixada que se vai estreitando à medida que avançamos para o sul até o limite da capitania, e que ainda é o atual do Estado, onde desaparece e a serra abrupta limítrofe mergulha diretamente no mar. Neste arco de círculo irregular que inclui terras planas interrompidas apenas por pequenos contrafortes e cabeços isolados, e que forma o que se denominou *Baixada Fluminense*, concentrou-se desde muito cedo, meados do séc. XVI, um dos principais contingentes demográficos da colônia. Em 1789 era avaliado em 168.709 pessoas, incluindo a cidade, capital nominal da colônia, o Rio de Janeiro (51.011 habs.) (7). Em princípios do século passado seria superior a . . . . 200.000. De engenhos de açúcar, principal riqueza, havia em 1799, segundo um *Almanaque* daquele ano, 616; e 253 de aguardente.

(6) *Recopilação*, 48.

(7) *Memórias do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luís de Vasconcelos*, com censo por categorias e freguesias da capitania.

Podemos dividir este trecho litorâneo em duas regiões naturais. A primeira compreende o percurso extremamente endentado que inclui a baía de Guanabara e o mediterrâneo que se estende para oeste, entre a terra firme de um lado, a restinga de Marambaia e a ilha Grande do outro. Nesta região, já sem falar na imensa baía, com seu contorno de 131 km onde, como no Recôncavo Baiano, embora em menor número, se abrem os estuários de alguns rios navegáveis, multiplicam-se os portos e abrigos bem protegidos pelas terras fronteiras da restinga e da ilha Grande (Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba...)

A outra região é a dos Campos dos Goitacases. Embora afastados do mar cerca de 30 km, e dêle apartados por uma zona de lagunas e terras baixas e alagadiças, não só inaproveitáveis mas ainda de difícil trânsito sem obras preliminares de certo vulto, os Campos oferecem tais condições favoráveis — relêvo unido, solo fértil, vegetação natural que não obstrui a passagem ou dificulta a ocupação —, que desde o séc. XVII começam a ser intensamente aproveitadas, primeiro pela pecuária, que constitui sua atividade econômica pioneira, servindo de abastecedor do mercado próximo do Rio de Janeiro; depois pela agricultura, vindo a cana tão bem no seu "barro fino, branco ou loiro" (8), como nos massapês baianos ou pernambucanos. Na segunda metade do séc. XVIII seu progresso é acelerado: 55 engenhos em 1769; 168, dez anos depois; 278 em 1783 (9) e finalmente, 328, compreendidos 4 de aguardente em 1799 (10.) Os obstáculos que os arredam do mar não são para os Campos dos Goitacases de grande monta; o rio Paraíba francamente navegável por pequenas embarcações nos 42 km que separam do mar seu centro principal, a vila de S. Salvador, hoje cidade de Campos, põe-nos em contacto fácil com o mundo exterior; cerca de 50 embarcações andavam aí a carga, transportando para o Rio, de onde se reexportavam para fora da colônia, as 8.000 caixas de açúcar da sua produção exportável (11).

A par destes três grandes núcleos de povoamento — Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, — disseminam-se ao longo do litoral alguns outros de segunda ordem, e em muito maior número, uma série de ínfimos estabelecimentos de vida mais ou menos vegetativa e sem horizontes, de expressão econômica e demográfica quase nula. Todos êles, maiores, médios, pequenos, ligam-se a condições particulares e locais da linha costeira; os acidentes geográficos, se-

(8) J. Carneiro da Silva, *Memórias dos Campos dos Goitacases*, 13.

(9) *Memórias*, cit., 49.

(10) *Almanaque histórico...*, 159.

(11) *Memórias* cit. 8 e 53.

jam portos naturais ou simples abrigos, brechas que abrem acesso mais ou menos fácil para além da orla praiana ou quaisquer outros úteis ao homem e suas atividades, todos êles infelizmente escassos em relação ao longo percurso daquela linha, tornam-se pólos de atração para a vida humana. Cada qual dará origem a um pequeno ou minúsculo núcleo, compartimentado por áreas desertas que se estendem para todos os lados, olhando exclusivamente para o mar e isolado inteiramente, por via terrestre, dos seus vizinhos mais próximos. Numa simples carta física, um observador atento poderia reproduzir com rigorosa fidelidade os pontos habitados do litoral brasileiro. Os trabalhos humanos nada tinham realizado ainda para suprir o que a natureza negava: condições naturais favoráveis. Onde elas faltam, onde tudo não é pôsto à disposição dêle, o homem está ausente.

Acompanhemos este litoral, quase sempre ingrato, de norte a sul, saltando apenas aquêles trechos que já analisamos acima. Um primeiro percurso vai do extremo setentrional da colônia, o rio Oiapoque, ao Araguari; é a famosa região do Amapá, disputada ao Brasil durante séculos por ingleses, holandeses e finalmente franceses, e que só se incorporou definitiva e indisputadamente no nosso território em 1899 (12). Formada no seu litoral de terras baixas e alagadiças onde a navegação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível, o Amapá se conserva praticamente despovoado. Algumas missões franciscanas, maior número de jesuíticas, tinham estendido para aí a sua catequese dos indígenas no séc. XVII. Seus resultados foram mínimos, se não nulos. Restariam delas, em fins do séc. XVIII, algumas miseráveis e vegetativas aldeias de índios semicivilizados e degenerados.

Logo ao sul deste trecho inóspito, abre-se o imenso delta do Amazonas. Aí o povoamento encontrou fácil acesso, não só local, mas para o coração do Continente, mercê desta admirável rede hidrográfica de comunicações que oferecem o grande rio e seus tributários. O que de início favorece o povoamento da região, é o fato de sua soberania duvidosa. Os portugueses se instalam na foz do rio em 1616, expulsando daí ingleses e holandeses, os primeiros ocupantes, embora sem direito algum. As dúvidas eram com a Espanha, mas a união das duas coroas adiou qualquer ques-

(12) Toda a parte histórica relativa a esta região encontra-se, admiravelmente documentada na: *Mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre entre le Brésil et la France*, da lavra de Rio Branco, e *L'Oyapoc et l'Amazone, question brésilienne et française*, por J. Caetano da Silva.

tão para mais tarde. Ao recobrar a independência, Portugal já firmara sua soberania, avantajado como estava pela posse da saída única dêste imenso território amazônico, fechado para ocidente e norte onde se situavam seus concorrentes. Foi-lhe fácil estender sôbre êle seu domínio, para o que aliás não se pouparam esforços, unindo-se o governo e ordens religiosas num ativo trabalho de colonização. Mas embora penetrando fundamentalmente o Continente, é na zona litorânea, nas proximidades do delta, que se concentrará o povoamento.

Ele se agrupa sobretudo no braço oriental do grande rio (o rio Pará), onde as condições de navegabilidade são mais favoráveis, e no quadrilátero limitado por êle, o alto mar e o rio Guamá, cuja navegabilidade permitiu a fixação povoadora nas suas margens. Pela costa marítima propriamente, o povoamento é escasso e penetra muito pouco; alcança apenas Bragança, situada no estuário do rio Caité, três léguas acima da barra; aí se adensa a população, aproveitando, numa costa baixa e alagadiça, a brecha providencial daquele estuário, que se prolonga para o interior pelo mesmo rio Caité, navegável até o porto de Tertugal, donde uma estrada terrestre alcança o rio Guamá e os núcleos povoados das margens dêste último. Encerra-se assim o circuito que pelo rio Pará, alto mar, rios Caité e Guamá, contém o principal núcleo do povoamento amazônico. A ilha de Joanes (hoje Marajó), será sua zona tributária, fornecedora de carne que provém dos rebanhos do único território local favorável à pecuária.

Acompanhando a costa de Bragança para leste, atravessa-se uma região quase deserta, habitada por escassos índios semicivilizados; as comunicações se fazem aí pelos "furos" numerosos que abundam neste território semi-aquático. Mas eram muito pouco utilizadas, servindo-se delas, regularmente, só o correio do Maranhão, estabelecido nos últimos anos do séc. XVIII (13.) E assim vai a costa até o rio Turiaçu, então limite administrativo das duas capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, e o pequeno povoado do mesmo nome, situado no fundo do estuário e habitado por uns pobres lavradores mestiços.

Além do rio Turiaçu, a costa propriamente não é mais favorável ao povoamento que a do trecho anterior. Mas acompanhando-a, pouco afastados da orla marítima, aparecem êstes característicos campos do noroeste maranhense, os **Perizes**, tão favoráveis, a certos respeito, para o estabelecimento da criação. Alagados no inverno, navegam por êles sem obstáculos, canoas carregadas com 50 sacos de algodão, e o "gado pasta metido na água até o

(13) Martius, *Viagem*, 11, 560.

pescoço", refere um contemporâneo (14); pode no entanto abrigar-se nas elevações e ilhas de bosques, onde também se protege, no verão, contra os ardores do sol. Zona de fácil penetração e ocupação, estendendo-se por vasta área que alcança o rio Pindaré, os **Perizes**, se povoam regularmente — em confronto bem entendido com o que vimos mais para o norte. O rio Piracumã e a baía de Cumã, onde está Guimarães, o principal centro da região, navegáveis em qualquer estação do ano, servem para as comunicações locais e articulam os **Perizes** com o exterior.

Alcançamos assim as baías conjugadas de S. Marcos e S. José, vasto estuário de grandes rios navegáveis até o alto sertão. O sítio retine por isso condições excepcionalmente favoráveis, e nêle se centralizou o que a capitania do Maranhão possui de mais considerável, inclusive a capital. Tanto na ilha, em que ela se edificou, como no continente fronteiro, e muito para o interior, sobretudo pelo rio Itapicuru acima, a colonização se fixou solidamente, e no momento que aqui nos situamos, princípios do séc. XIX, achava-se em vias de se tornar um dos centros mais importantes da colônia.

Para leste dêste ponto voltam a predominar condições desfavoráveis, e nada há que estimule o estabelecimento do homem. Isto até o delta do Paraíba, em que se concentram cêrca de 15.000 habitantes. Não são aí só as condições locais favoráveis à navegação do delta, que se abre para o mar por dois canais praticáveis, Tutóia e Igaracu (dos cinco que possui), que permitiram o progresso da região. É que para aí confluí a produção de todo o curso navegável do rio Parnaíba, que alcança o alto sertão atravessando uma região regularmente povoada e valorizada. O maior desenvolvimento da vila de Parnaíba, que centraliza o comércio do rio, data de 1770, quando um comerciante da vila, João Paulo Diniz, levantou oficinas de carne-sêca nas margens do alto Parnaíba, bem no centro de importante zona criadora, trazendo daí a carne embarcada pelo rio até a vila, donde se reexportava para a Bahia, Rio de Janeiro e Pará (15.) Em fins do séc. XVIII tornara-se aquêle porto principal fornecedor, no Norte, de carne-sêca; o Ceará, que ocupara dantes tal lugar, afligido pelas estiagens tremendas que o assolam, desaparecera do mercado, deixando apenas o seu nome ligado ao produto, que continuará até hoje chamando-se carne-do-ceará. Dezesseis ou dezessete embarcações vinham anualmente do Sul buscar carne em Parnaíba (16).

(14) A. B. Pereira do Lago, *Itinerário da província do Maranhão*, 402.

(15) *Roteiro do Maranhão*, 64.

(16) Southey, *History*, III, 801.

Passando-se para o Ceará, entra-se em outro tipo, inteiramente diverso, de zona litorânea. A feição local característica é o grande acúmulo arenoso que o arrasto das correntes marítimas deposita em toda esta costa setentrional do Nordeste brasileiro, do ponto em que nos achamos até o cabo Calcanhar, no Rio Grande do Norte. O efeito deste arrasto é a singular uniformidade da costa, em que desaparecem os acidentes entupidos pela areia; efeito agravado pela baixa e irregular pluviosidade local, o que torna os rios escassos e intermitentes; suas águas são de todo insuficientes para deter e varrer, mesmo em parcela mínima, o acúmulo arenoso nas suas barras. Mas uma outra característica do litoral cearense impediu que sua faixa costeira permanecesse inteiramente deserta. São as serras, que em maciços isolados se alinham sucessivamente ao longo da costa e captam um pouco da umidade atmosférica; destacam-se por isso estas elevações como oásis de terra férteis e cultiváveis em meio da aridez que as cerca. Tais serras (Ibiapaba, Sobral, Uruburetama, Baturité) atraíram e fixaram algum povoamento que procura sua saída pelo mar próximo, dando lugar a pequenos portos que se arranjaram como puderam nesta costa difícil: Camocim, Acaraú, Fortaleza — que será a capital da capitania graças à sua posição central, à proteção, embora pequena, que lhe proporciona a ponta de Mucuripe, e sobretudo à fertilidade da serra de Baturité que forma a sua hinterlândia. O último pôrto cearense para leste, e também o mais notável, Aracati, tem outros fatores vantajosos: é por aí a saída da extensa zona banhada, embora só nas chuvas, pelas águas intermitentes do Jaguaribe, cuja bacia compreende, em 1810, quase 60.000 habitantes (17) produtores de gado e algodão. Explica-se portanto o pôrto, apesar de suas péssimas condições naturais.

Afora estes núcleos, o litoral cearense é desabitado. A larga planície arenosa que o constitui, árida, desprotegida e capaz apenas de suportar uma vegetação rala e inútil, não se prestava ao estabelecimento do homem. O mesmo prevalece no trecho que o sucede para leste, a costa setentrional do Rio Grande do Norte. Koster percorreu esta região em 1808, viajando de Natal para Aracati, e sofreu consideravelmente da sua aridez e falta de água potável. Encontrou um povoamento escasso, algumas raras e miseráveis habitações que apareciam distantes muitas léguas umas das outras (18.) Koster seguiu um caminho mais arredado para o interior: na fímbria marítima, a extração do sal marinho deu alguma vida ao trecho que vai da foz do Moçoró à do Açú: as baixas precipi-

(17) Castro Carreira, *Descrição do Ceará*, 129.

(18) Koster, *Voyages* I cap. VI.

tações e a intensidade da evaporação nesta atmosfera seca e superaquecida, contribuem para a alta salinidade naquele ponto das águas do mar, e fazem da região o maior produtor de sal da colônia (19.) Na mesma costa, pouco mais adiante e começando na ponta dos Três Irmãos, uma linha de bancos de areia, precursores dos recifes da costa oriental, concede alguma proteção ao litoral, até aí desabrigado, e o povoamento reaparece, embora ralo, num pequeno trecho.

A alcançamos assim o primeiro dos grandes núcleos do povoamento da faixa costeira do Brasil, e que já analisei acima; é aí, na costa oriental do Rio Grande do Norte, embora timidamente ainda, que ele se inicia. Saltemo-lo para chegar ao seu limite meridional, na altura de Maceió. Daí para o sul, interrompe-se a linha contínua de recifes que é a principal causa, para o norte, da concentração do povoamento. A navegação já não encontra o abrigo que contra a impetuosidade do mar oferecem os recifes. Também o arrasto de areias, resultado também da falta de cobertura, reaparece como no Ceará e no litoral setentrional do Rio Grande do Norte, obstruindo as endentações da costa, uniformizando a orla marítima e dificultando o seu acesso. E à medida que se desce, para o sul, em direção da baía de Todos os Santos, tais dificuldades se agravam. Também as terras já não são as mesmas e os solos de culturas escasseiam. Em Sergipe, ainda simples comarca da Bahia, salvam-se alguns rios acessíveis pelo mar para pequenas embarcações: o S. Francisco, o Japarutuba, o Cotinguiba, o Vazabarris, o Real com seu afluente da margem norte, o Piauí. O Cotinguiba em particular, que banha os campos do mesmo nome, famosos pelo açúcar que produziam (20): dos 140 engenhos sergipanos, a grande maioria localiza-se aí. Apesar disto, o povoamento decresce consideravelmente, com relação ao setor que fica ao norte e forma o núcleo pernambucano; e escasseia de todo no litoral baiano que se estende até o Recôncavo.

A este já me referi como sendo o principal núcleo de povoamento da faixa costeira da colônia, graças a fatores estritamente locais. Para o sul dêle, começa um setor litorâneo de características especiais e particulares, sem paralelo até o ponto em que nos encontramos. A costa que achamos até agora é sem exceção baixa, alagadiça e com uma vegetação intrincada, mas de pequeno porte até o Maranhão, arenosa e árida daí por diante, vestida de um manto florestal, já bastante desbastado pelo homem, entre a Paraíba e Alagoas; mas sempre rasteira e plana. Agora ela muda inteira-

(19) Veja-se o capítulo abaixo sobre as *Produções extrativas*, nota final.

(20) Vilhena, *Recopilação*, 604.

mente de aspecto. Da baía de Todos os Santos para o sul, as terras altas do interior aproximam-se do litoral e terminam nêle, a pouca distância da praia, por uma serra íngreme e coberta de vegetação florestal densa. De espaço em espaço, a praia desaparece, interrompida por um último contraforte da serra que avança em promontório pelo mar. Uma série de rios paralelos, alguns de certo vulto, abrem neste setor da costa barras acessíveis à navegação. A lentidão de suas águas neste último trecho plano em que correm antes de atingir o mar, fá-los ramificar-se em canais e lagoas de águas paradas que tornam o lugar malsão. Apesar disto, na desembocadura de cada um daqueles rios ou canais formam-se um pequeno núcleo: Camamu, Barra do Rio de Contas, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Pôrto Seguro, Caravelas são os principais. Caracteriza-se este povoamento pela sua concentração exclusiva na orla marítima; não penetra aí além de poucas léguas, em regra até menos, e se aglomera exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata. A mata densa que acompanha o litoral a pouca distância, formando uma larga faixa ininterrupta e de passagem difícil, bem como relêvo acidentado, sobretudo de Pôrto Seguro para o sul, onde atinge a linha de grandes altitudes da Serra do Mar, são os fatores que isolaram o litoral, separando-o por completo do interior. O povoamento se desenvolveu, neste e naquele setor, independentemente um do outro, formando compartimentos entre si estanques. E isto se pode dizer tanto das antigas capitânicas de Ilhéus e Pôrto Seguro, incorporadas mais tarde à Bahia (a última só nas vésperas da Independência) como da do Espírito Santo. As primeiras comunicações entre o litoral e o sertão, nesta altura do território brasileiro, só foram abertas em princípios do séc. XIX: pelo rio Doce e sua variante por terra; pela estrada do Mucuri, de S. José de Pôrto Alegre a Bom-Sucesso, em Minas Gerais; o caminho de Belmonte, e o de Ilhéus para aquela mesma capitania interior. Voltarei a estas vias em outro capítulo. Mas até a data de sua inauguração, como depois dela, pois as novas comunicações não supriram senão parcialmente e muito tarde as deficiências do litoral, os núcleos que nêle se formam, isolados na costa, vegetam. Explica este isolamento, em grande parte, o pequeno progresso das capitânicas de Ilhéus, Pôrto Seguro e Espírito Santo, em contraste com as do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e outras para o Norte. A causa já era notada pelo arguto autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás*, já citado acima.

O isolamento destes núcleos da costa não é aliás apenas com relação ao interior, mas dêles próprios entre si, mercê dos obstáculos opostos ao trânsito por terra. O Desembargador Luís Tomás de Navarro, incumbido em 1808 de percorrer o litoral da Bahia ao Rio de Janeiro, a fim de estudar o estabelecimento de uma linha

de correio, anotava tais obstáculos que segregam vilas e povoações umas das outras: rios invadeáveis, praias de areia fina em camadas espessas que fazem a marcha sumamente penosa, interrompidas a cada passo pelos promontórios abruptos que avançam do interior para o mar e tinham de ser escalados (21.) Vegetaram assim estes núcleos, formando pequenos compartimentos estanques, com saída unicamente para o mar, e cuja vida precária se sustentava com a produção de alguns gêneros que se exportam para a Bahia e o Rio de Janeiro: farinhas, peixe, algum café.

Acresce ainda um óbice ao desenvolvimento desta infeliz região: a hostilidade do gentio. A serra e mata que a perlongam a pouca distância serviram de abrigo e são o último reduto dos indígenas que não se submeteram nesta parte da colônia, ao avanço e ocupação dos brancos. Estes, num amplo movimento de tenazes, atacam simultaneamente as nações indígenas no litoral e em Minas Gerais; acossados de ambos os lados, os remanescentes, que são numerosos, se refugiam nesta área intermediária de florestas indevassadas ainda pela colonização; e assim permanecerão até o séc. XIX. Daí eles descerão periodicamente sobre a costa, saqueando e destruindo (22.) Entre eles destacam-se os ferozes Aimorés conhecidos vulgarmente por *Botocudos*, devidos ao círculo de pau semelhante a um botoque que usavam engastado no lábio inferior. São os mais terríveis, e respeitados por tôdas as demais nações indígenas vizinhas, com que estão em hostilidades contínuas. São também os que mais freqüentemente "visitam" o litoral. Tinham-se aquietado depois das campanhas e investidas do Capitão-mor João Domingos Monteiro, no terceiro quartel do séc. XVIII, e houve um hiato de hostilidades que durou até 1786, quando recomeçam com tal insistência que muitos sítios se despovoam e outros decaem consideravelmente. Em 1808, informa o sargento-mor de Caravelas, que acossados pelos bárbaros, tinham sido os moradores obrigados a abandonar as férteis terras mais entranhadas para

(21) *Itinerário da Bahia ao Rio de Janeiro.*

(22) Note-se que estas incursões indígenas são intermitentes, o que aliás permite aos estabelecimentos coloniais do litoral sul da Bahia e do Espírito Santo respirarem e se reconstituírem depois de cada assalto. Esta intermitência, que se verifica em caso semelhante em Goiás sugere a hipótese, ao par do temor que depois de cada assalto rechaçado mantém os índios aquietados, de causas mais profundas e gerais das periódicas incursões. É possível que o crescimento vegetativo das nações indígenas provocasse periodicamente certa diminuição relativa dos recursos alimentares da floresta, únicos de que se sustentavam; as incursões, seguidas naturalmente de grande mortandade entre eles, restabelecia o equilíbrio. Vicissitudes climáticas também teriam possivelmente seu papel. São pontos estes ainda totalmente obscuros, mas que merecem a atenção dos historiadores.

- Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato Grosso por Luís D'Alincourt (Cuiabá, 1828). A. B. N., 3, 68.
- Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí. R. I. H. B., 62, I, 60.
- Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. R. I. H. B., 10, 5.
- Segunda viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo. Auguste de Saint-Hilaire. Trad. de Carlos Madeira. Col. Brasileira da Comp. Ed. Nacional. S. Paulo, 1938.
- Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822). Auguste de Saint-Hilaire. Trad. de Afonso de Taunay. Col. Brasileira da Comp. Ed. Nac. S. Paulo, 1938.
- Slavery, John Kellis Ingram. The Encyclopaedia Britannica. Thirteenth Edition. 1926.
- Sobrados e Mocambos, Gilberto Freyre. Col. Brasileira da Comp. Ed. Nac. S. Paulo, 1936.
- Subsídios para a história da capitania de Goiás. Correspondência dos governadores da capitania e outros documentos. 1756-1806. R. I. H. B., 84, 41.
- Travels in Brazil in the years 1817-1820 by Dr. Joh. Bapt. von Spix and Dr. C. F. Phil. von Martius. London 1824.
- Últimos vice-reis do Brasil (Os). Con. J. C. Fernandes Pinheiro. R. I. H. B., 28, II, 225.
- Viagem pelo Brasil por J. B. von Spix e C. F. P. von Martius. Trad. bras. de D. Lúcia Furquim Lehmayer. 3 vols, e um de estampas. Rio de Janeiro, 1938.
- Viagem ao Rio Grande do Sul por Auguste de Saint-Hilaire, 1820-1821. Primeira edição. Trad. de Leonam de Azevedo Pena. Col. Brasileira da Comp. Ed. Nac. S. Paulo, 1939.
- Vias de comunicação. Portos do Brasil. Alfredo Lisboa. Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, publ. pelo Inst. Hist. Brasileiro. Rio de Janeiro, 1922.
- Viagem de Tomás de Sousa Vila Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho. Exposição do gov. do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho. (1793). R. I. H. B., 11, 401.
- Vinhola Brasileiro (O). Novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro. César de Rainville, Rio de Janeiro, 1880.
- Vigilância do governo português contra os princípios jacobinos no Brasil. Col. de docs. oficiais. R. I. H. B., 59, I, 406.
- Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816, 1817, par S. A. S. Maximilien, prince de Wied-Neuwied, traduits de l'allemand par J. B. B. Eyriès. 3 vols. e um de estampas. Paris, 1821.
- Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais. Auguste de Saint-Hilaire. 2 vols. Paris, 1830.
- Voyage dans les provinces de St. Paul et de Sainte Catherine, par Auguste de Saint-Hilaire, 2 vols. Paris, 1851.
- Voyages aux sources du rio de São Francisco et dans la province de Goyaz. Auguste de Saint-Hilaire. 2 vols. Paris, 1847.
- Voyages pittoresques, scientifiques et historiques en Amérique, Brésil. Par Henri Koster. Traduites par M. A. Jay. 2 vols. Paris, 1846.

## INDICE

INTRODUÇÃO .....	5
SENTIDO DA COLONIZAÇÃO .....	13

## POVOAMENTO

Povoamento .....	29
Povoamento interior .....	49
Correntes de povoamento .....	65
Raças .....	79

## VIDA MATERIAL

*Economia .....	113
*Grande lavoura .....	124
Agricultura de subsistência .....	151
*Mineração .....	164
*Pecuária .....	181
*Produções extrativas .....	208
*Artes e indústrias .....	218
*Comércio .....	226
Vias de comunicação e transporte .....	235

## VIDA SOCIAL

Organização social .....	267
Administração .....	296
Vida social e política .....	340

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS .....	381
----------------------------------	-----